

INSTITUTO
ARRECIFE



SN

SOBERANIA NACIONAL

#01

MAIO

2025

O DESENVOLVIMENTO

DO BRICS:

**Riscos e oportunidades
para o Brasil no novo
contexto geopolítico.**



O DESENVOLVIMENTO DO BRICS:

Riscos e oportunidades para o Brasil no novo contexto geopolítico

Osmar Bernardes Júnior¹

Foto: Xinhua/Li Xueren



¹ Osmar Bernardes é analista político. Bacharel em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB) e mestrando em Relações Internacionais pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

1.

Introdução

Este relatório analisará a atuação do grupo BRICS e seu posicionamento como um bloco que busca avançar uma agenda propositiva de mudanças na configuração geopolítica do sistema internacional, com criação de novas instituições e contestação do modelo vigente, diferente da concepção inicial, que focava apenas no caráter econômico de países emergentes, sem indicação de alinhamentos políticos ou de interesses em comum.

O desenvolvimento do BRICS como um grupo geopolítico tem atraído atenção significativa no cenário internacional. A recente inclusão de novos integrantes ampliou as perspectivas sobre as aspirações e o papel estratégico do bloco. Apesar de divergências internas e das diferenças econômicas entre os membros, o grupo continua a se expandir, com não menos que 40 países demonstrando interesse em se juntar ao BRICS+, o que reforça sua relevância nas discussões sobre a governança global.

As próximas seções deste documento tratarão, primeiramente, da origem e do processo de institucionalização do BRICS e, posteriormente, será feita análise pormenorizada da Declaração Final da última Cúpula do BRICS, a XVI, a fim de entender como essas novas ideias foram formalizadas. Por fim, a participação do Brasil no grupo será avaliada de acordo com seu peso político e econômico no cenário internacional, principalmente em relação à China e à Rússia, considerando se é possível determinar riscos e oportunidades para o país nesse cenário.

Os posicionamentos do BRICS+, nova sigla criada após a inclusão de novos países no início de 2024, trarão desafios e será necessário um estudo e entendimento profundo sobre as possíveis consequências para o Brasil nesse novo cenário, principalmente em relação aos Estados Unidos da América (EUA).

2.

Origem do BRICS

Em 2001, o economista Jim O'Neill, do banco norte-americano Goldman Sachs, cunhou o termo BRICS em seu estudo intitulado “[Building Better Global Economic BRICS](#)”. A ideia do economista foi realizar um estudo comparativo entre os países do G7 e quatro países de “economia emergente”: Brasil, Rússia, Índia e China. O artigo trouxe diversas comparações entre os dois grupos, entre os países individualmente e fez projeções sobre o futuro dessas economias. O documento, portanto, possuía um viés puramente econômico e, quando entrou no campo político, cogitou brevemente sobre a possibilidade de expansão do G7 para um G9, a fim de incluir dois países dos BRICS - em sua visão, Rússia e Brasil seriam os mais interessados, mas a entrada da China seria a mais relevante, dado o peso do país no comércio global e as taxas de crescimento de dois dígitos na época.

Sobre a mudança geopolítica, principalmente em relação ao sistema comercial global baseado em dólar, o economista mencionou apenas a possibilidade de fortalecimento do euro frente ao dólar e até mesmo um “fortalecimento da taxa de câmbio Euro/Yen”. Não há menção sobre a possibilidade de institucionalização dos BRICS, muito menos a ideia de que haveria uma agenda geopolítica comum entre os quatro países. Por fim, O'Neill defendeu que para a

discussão e implementação de mudanças trazidas pelo crescimento dos BRICS seria necessário o surgimento de um novo fórum econômico global.

O'Neill claramente estruturou sua análise na condição material dos países e na possibilidade deles ingressarem em círculos mais restritos da economia global. Em sua visão, o enriquecimento dos países que formam a sigla BRIC levaria a uma necessidade de inclusão desses Estados em ambientes decisórios com maior poder e traria uma mudança no sistema atual pela capacidade de incluir novos membros, portanto, sem questionamento ao próprio sistema ou sem querer superá-lo. Isso demonstraria a capacidade de absorver mais países e garantir um apoio cada vez maior da comunidade internacional, o que levaria a um fortalecimento da ordem mundial vigente. Convém pontuar que a ideia de vitória do sistema internacional “do Ocidente” e uma hegemonia norte-americana fazia parte da visão pós-queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sem espaço para o surgimento de um novo mundo bipolar ou nações capazes de enfrentar o poderio dos EUA.

Distante de uma abordagem meramente econômica, Brasil, Rússia, Índia e China deram início à colaboração conjunta em 2006, quando seus ministros de relações exteriores

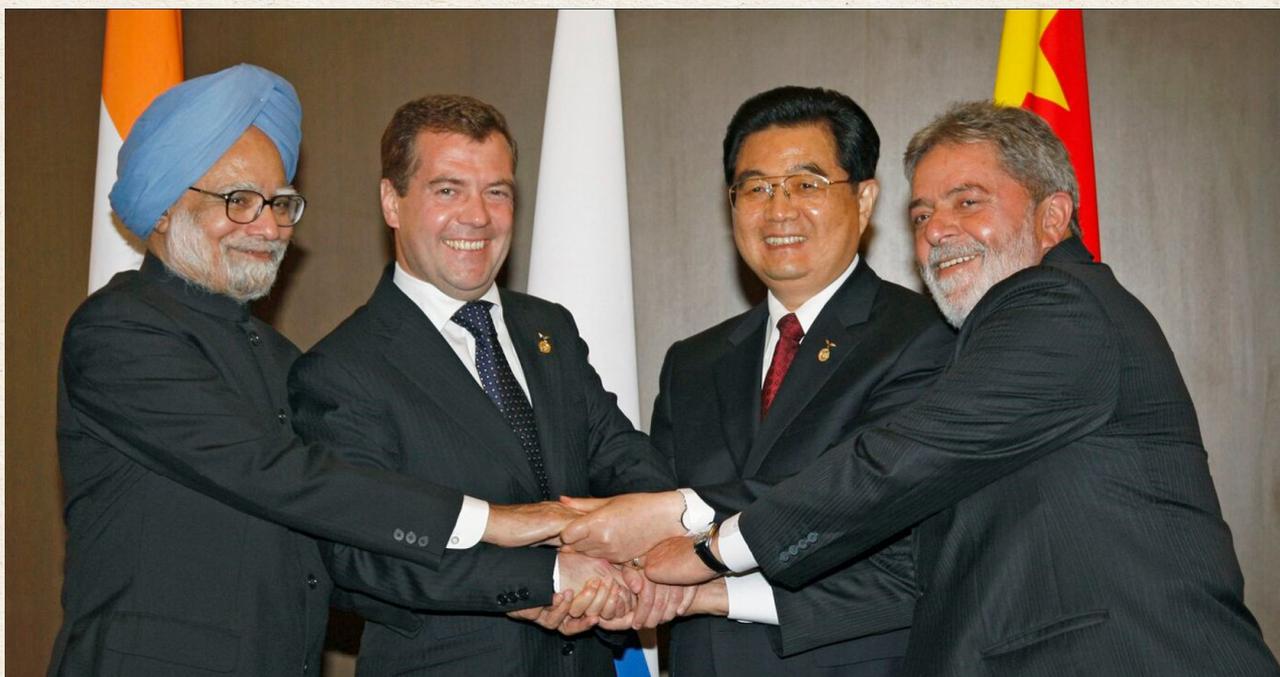
se reuniram à margem da 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 23 de setembro, em Nova Iorque. Esse encontro marcou o início de esforços coletivos entre esses países, consolidando a transição do conceito teórico de “BRICs” para uma atuação concreta no cenário internacional sob a denominação de BRIC¹.

Esse processo de institucionalização levou à realização da primeira Cúpula do BRIC, em 2009. Diferente da reunião de 2006, em que apenas Chanceleres participaram, a Cúpula recebeu os chefes de Estado, elevando a articulação para outro patamar. Em 2011, a África do Sul ingressou no grupo e a sigla mudou para BRICS. Com o tempo, outros temas foram incluídos na pauta de discussão, como agricultura e energia². A expansão temática começava a indicar uma busca por alinhamento geopolítico além de questões comerciais.

A consolidação do bloco ocorreu com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido popularmente como “banco dos BRICS”, em 2014, durante a VI Cúpula em Fortaleza. Em 2016, o banco estabeleceu sua sede em Xangai, atualmente sob a presidên-

cia de Dilma Rousseff. Entre os objetivos declarados do banco, consta “mobilizar recursos para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, tanto nos países do BRICS quanto em outras nações em desenvolvimento, em complementação aos esforços de instituições financeiras multilaterais e regionais”. No cenário das negociações com o FMI, o BRICS demonstrou maior relevância como mecanismo de articulação em comparação com o G11, o agrupamento tradicional de cadeiras lideradas por países em desenvolvimento na Diretoria Executiva.

Esse fortalecimento do BRICS, principalmente com a estruturação do Novo Banco de Desenvolvimento, colocou o bloco no radar dos analistas de política internacional. Desde a primeira reunião dos ministros de relações exteriores em 2006, o bloco passou por um processo contínuo de institucionalização, com cúpulas formais e consultas realizadas entre os encontros. A ideia do banco de desenvolvimento, inicialmente apresentada na cúpula de 2012 em Delhi, ganhou forma e foi oficialmente lançada durante a cúpula de 2014 no Brasil, consolidando a estrutura do grupo no cenário global.



A estrutura de um banco de investimento dedicado ao bloco permite aos países criarem vínculos que vão além de simples trocas comerciais. Infraestrutura, agricultura, industrialização e outros setores passam a fazer parte do rol de interesses compartilhados pelos países, materializados em programas estruturados, analisados e executados, e não apenas em intenções de documentos.

Na Cúpula do BRICS 2023, realizada em Joanesburgo, primeira reunião após a pandemia de covid-19, o fato mais relevante foi o convite para novos países ingressarem no grupo: Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Eles passariam a ser membros de fato a partir de 1º de janeiro de 2024, segundo o item 91 da Declaração de Joanesburgo II, de 23 de agosto de 2023.³ A recente expansão dos BRICS posicionou o bloco como uma referência para o Sul Global, destacando seu peso geográfi-

co e econômico ampliado com a inclusão de cinco novos países: Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. No entanto, esse crescimento também trouxe desafios, como o aumento da complexidade interna e a diversidade de perspectivas geopolíticas. Enquanto alguns membros podem adotar uma postura mais crítica em relação ao Ocidente, outros provavelmente buscarão evitar um alinhamento tão radical, evidenciando as divisões internas existentes.

A nova composição do bloco, agora denominado BRICS+, trouxe questionamentos sobre qual seria a linha geopolítica adotada, principalmente em relação aos conflitos atuais, como as guerras entre Rússia e Ucrânia e Israel contra Hamas. A primeira reunião do BRICS expandido ocorreu entre 22 e 24 de outubro de 2024, em Kazan, na Rússia, país que está sob sanções⁴ e formalmente excluído do sistema financeiro internacional.



Foto: Sergey Bobylev

¹ IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Conheça os BRICS. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

² Idem

³ Declaração de Joanesburgo II - Sandton, Gauteng, África do Sul - 23 de agosto de 2023. Ministério das Relações Exteriores, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023. Acesso em: 15 de out. de 2024.

⁴ EUA, Canadá, União Europeia, Austrália, Japão e outros países colocaram sanções sobre a Rússia.

3.

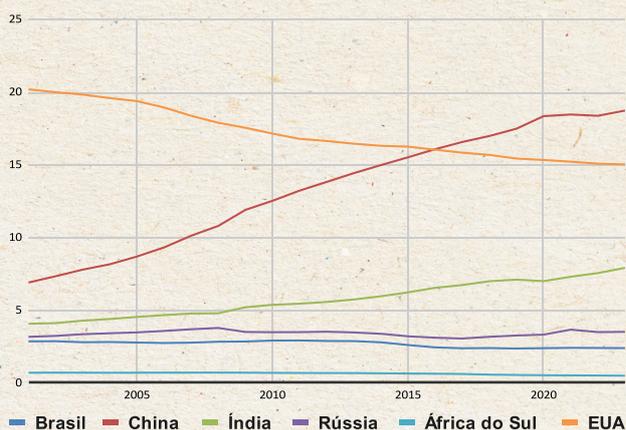
A China domina o BRICs

Desde o seu início, o BRICS não apresenta homogeneidade em termos de governança, abrigando democracias como Brasil e África do Sul, classificadas por muitas agências internacionais como “livres”, enquanto Índia é considerada “parcialmente livre”, e China e Rússia são “não livres”. Da mesma forma, os países não têm a mesma relevância em termos econômicos, militares ou tecnológicos.

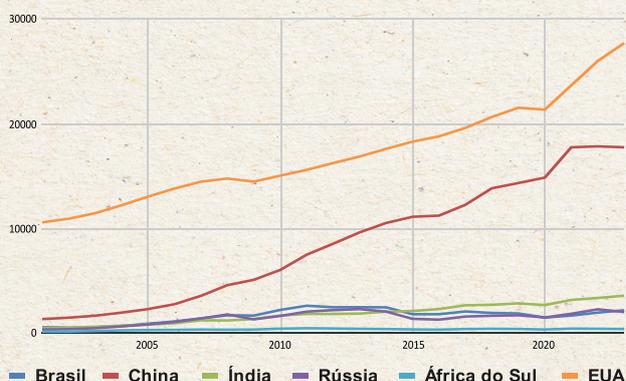
No âmbito econômico, segundo [dados do Fundo Monetário Internacional \(FMI\) para 2023](#), a China lidera com um PIB de aproximadamente US\$ 18 trilhões em 2023, consolidando-se como a segunda maior economia mundial, representando cerca de 18% do PIB global. A Índia segue com um PIB de cerca de US\$ 3,4 trilhões, destacando-se como a quinta maior economia global graças ao seu crescimento acelerado e à sua população em expansão. O Brasil, com um PIB de aproximadamente US\$ 2 trilhões, continua sendo a maior economia da América Latina, sustentada pela agricultura, indústria e recursos naturais. A Rússia registrou um PIB estimado em US\$ 1,7 trilhão em 2023, embora enfrente desafios devido a sanções internacionais e à dependência de exportações de commodities, como petróleo e gás. A África do Sul, com um PIB de cerca de US\$ 419 bilhões, enfrenta um crescimento mais modesto, marcado por desigualdades internas e altas taxas de desemprego.

O peso econômico do BRICS como bloco vem aumentando ano após ano e o cenário atual é de crescimento dos países emergentes

e de perda relativa do poderio econômico dos países ricos. Entretanto, esse dado conjugado, como bloco, esconde uma realidade: a China é a responsável pela quase totalidade desse crescimento, acompanhada pela Índia. Brasil, Rússia e África do Sul estagnaram relativamente ao mundo, com seus PIBs nacionais em relação PIB global praticamente estáveis desde 2001, ano do artigo do economista do Goldman Sachs sobre os emergentes. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional:



Em valores nominais, o padrão se repete. Apenas China e Índia cresceram, mas com grande destaque para a economia chinesa, que descolou completamente dos parceiros de bloco:



Economicamente, o Brasil perdeu espaço no BRICS e no mundo e passou a ser menos relevante em ambos os contextos, apesar da projeção de poder político normalmente feita por governos petistas. Atualmente, a China é o destino de 30,7% das exportações brasileiras, evidenciando o impacto dessa relação no cenário econômico nacional. Contudo, essa relação, descrita inicialmente como mutuamente benéfica, tem sido objeto de análise crítica devido a sua crescente assimetria.

Dados do [SIPRI Military Expenditure Database](#) apontam uma grande diferença nos gastos militares dos membros do bloco. A China se destaca com o segundo maior orçamento de defesa do mundo, estimado em US\$ 296 bilhões em 2023. Sua estratégia inclui investimentos maciços em tecnologia militar, expansão naval e capacidades espaciais, consolidando sua posição como uma potência global. A Rússia, tradicionalmente reconhecida por seu poderio militar, destina cerca de US\$ 110 bilhões ao orçamento de defesa, com foco em armas nucleares, tecnologia avançada e operações terrestres. A Índia, com um orçamento militar de aproxi-

madamente US\$ 83 bilhões, equilibra suas necessidades de segurança nacional frente a ameaças da China e do Paquistão, além de investir em modernização de armamentos e defesa cibernética. O Brasil, com um orçamento de defesa de cerca de US\$ 23 bilhões, prioriza a proteção territorial, operações de paz e modernização de equipamentos, embora esteja distante das capacidades militares das potências asiáticas. Por outro lado, a África do Sul possui um orçamento militar de apenas US\$ 3 bilhões, enfrentando dificuldades para manter sua força armada e modernizar seu arsenal.

Em termos de [contingente](#), as forças armadas da China são as maiores entre os cinco países, com aproximadamente dois milhões de soldados ativos, enquanto a Índia conta com cerca de 1,4 milhão. A Rússia tem um contingente de mais de um milhão de militares ativos, complementado por uma vasta reserva. O Brasil, apesar de menor em comparação, mantém cerca de 366 mil militares ativos, enquanto a África do Sul opera com um efetivo reduzido de aproximadamente 63 mil soldados.

Photo by Jiang Guangzhen



No **quesito armamento nuclear**, a Rússia lidera com o maior arsenal mundial, estimado em cerca de 5.889 ogivas, seguida pela China, que possui cerca de 410. A Índia possui em torno de 164 ogivas, enquanto a África do Sul não tem programas de armas nucleares ativos e o Brasil segue acordos internacionais que impedem sua atuação nessa área.

Essa diversidade geopolítica reflete-se em diferenças substanciais de objetivos entre os membros, que podem se tornar conflitantes com a entrada de novos integrantes. O BRICS não atua como uma união econômica ou militar, e suas dinâmicas são marcadas por tensões internas. Enquanto África do Sul e China apoiam a Rússia na guerra contra a Ucrânia, a Índia mantém neutralidade e já teve confrontos militares com a China. Adicionalmente, Brasil e Argentina são aliados dos EUA pelo Tratado do Rio, enquanto os Emirados Árabes e a Arábia Saudita têm estreitas relações militares com Washington, e o Egito permanece como um importante receptor de apoio financeiro americano.

A entrada de novos membros pode complicar ainda mais a coesão do grupo, dado que países como Emirados Árabes e Arábia Saudita possuem vínculos diplomáticos e comerciais que conflitam com o Irã, também recém-admitido. Além disso, disputas regionais, como a questão do Nilo entre Egito e Etiópia, adicionam novos desafios às dinâmicas internas.

Apesar dessas divisões, há um denominador comum entre os atuais e futuros membros: sua forte relação comercial com a China. Países como Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes fazem parte da Nova Rota da Seda, enquanto Brasil e Argentina aprofundam acordos comerciais e industriais com Pequim.

Na América Latina, o Brasil tem atraído investimentos significativos dos chineses,

representando 42% de todo o total aportado pelo gigante asiático na região. Durante seu mandato anterior, entre 2003 e 2010, o presidente Lula consolidou a China como o principal parceiro comercial do Brasil, uma posição mantida até hoje. Entre os grandes investimentos prometidos em 2024 para o país, consta um complexo de veículos elétricos na Bahia, no total de R\$ 5,5 bilhões.

No Oriente Médio, a China tem intensificado sua presença econômica. É o maior parceiro comercial da Arábia Saudita, com transações bilionárias em setores como mineração e energia renovável, além de manter relações similares com os Emirados Árabes. Com o Irã, Pequim estabeleceu um pacto de cooperação de 25 anos e continua a ser seu principal parceiro comercial.

Na África, o Egito viu os investimentos chineses crescerem exponencialmente nos últimos anos, enquanto na Etiópia, a China lidera com 60% do total de investimentos estrangeiros, reforçando sua posição no continente.

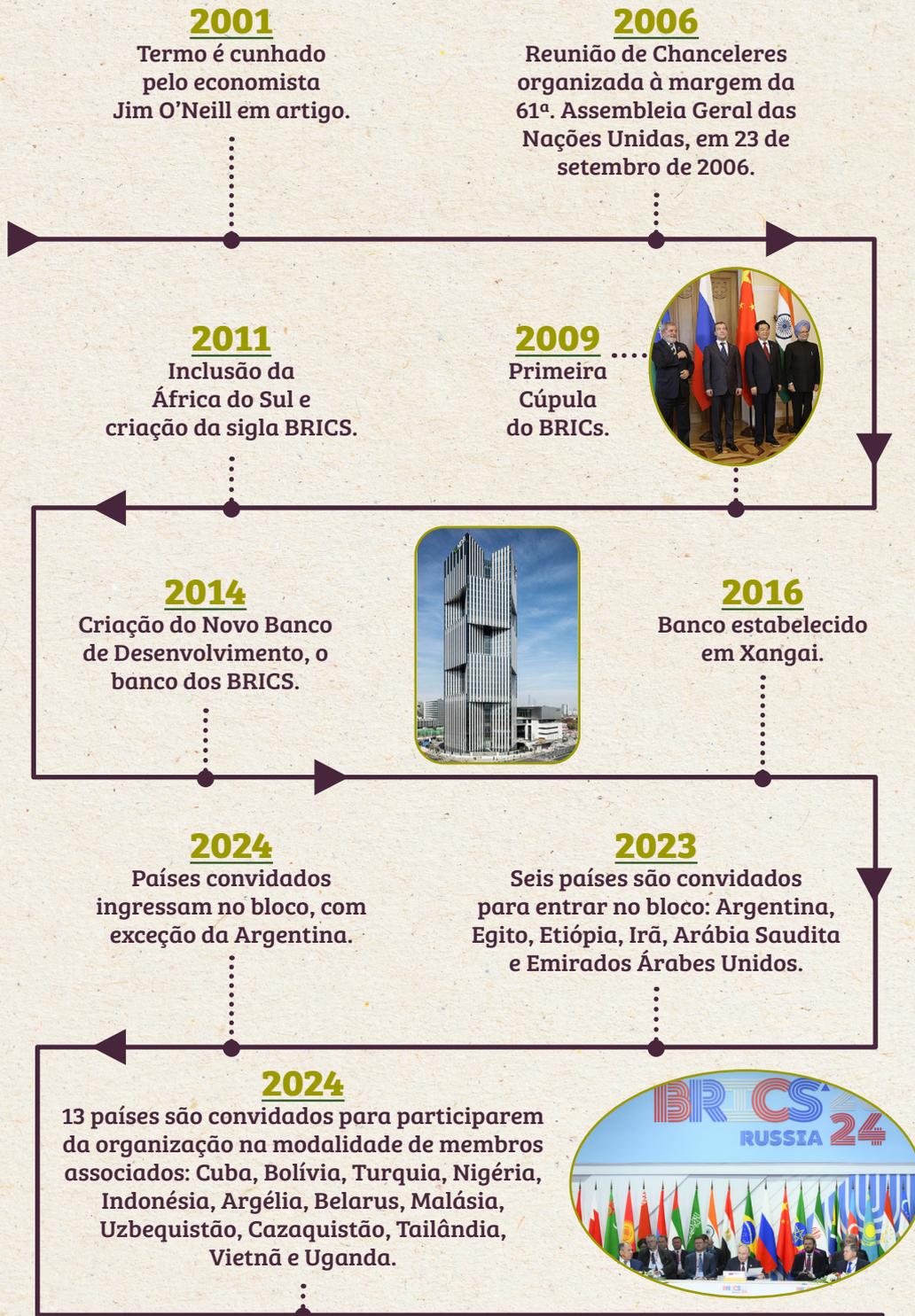
Embora a Índia seja um caso à parte, restringindo investimentos chineses e recusando-se a participar da Nova Rota da Seda, ainda mantém uma relação comercial robusta com Pequim, sendo a China seu segundo maior parceiro de comércio.

Nesse sentido, a expansão do BRICS reflete uma estratégia clara de Pequim em ampliar sua influência econômica e política, especialmente no Sul Global e no Oriente Médio, enquanto busca consolidar sua posição como um contrapeso aos Estados Unidos no cenário global. Essa crescente interdependência econômica pode aumentar sua capacidade de influência geopolítica, exigindo maior atenção de Washington para essas regiões.



4.

Processo de desenvolvimento e institucionalização do BRICs



5.

XVI Cúpula dos BRICs Declaração final

A Declaração Final¹ da Cúpula dos BRICS oficializa os posicionamentos do bloco e suas intenções para o próximo ano. O documento ainda não foi devidamente interpretado pela maior parte dos analistas políticos nacionais, de modo que se faz necessário uma exposição sobre quais pontos foram levantados, quais posicionamentos geopolíticos foram defendidos e quais foram os posicionamentos frente aos desafios econômicos, políticos e sociais.

O documento possui 134 parágrafos, divididos em cinco subitens: i) Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos; ii) Fortalecimento do multilateralismo para uma ordem mundial mais justa e democrática; iii) Aprimoramento da cooperação para a estabilidade e segurança global e regional; iv) Promoção da cooperação econômica e financeira para um desenvolvimento global justo; e v) Fortalecimento do intercâmbio entre pessoas para o desenvolvimento social e econômico.

5.1 “Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos”

A primeira seção do documento traz uma breve introdução aos principais eixos temáticos do grupo e reforça o posicionamento geopolítico de incluir o “Sul Global” nas articulações internacionais:

4. Saudamos a presidência russa do BRICS por sediar um diálogo de “outreach”/ “BRICS Plus” com a participação de EMDCs [Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento] de

África, Ásia, Europa, América Latina e Oriente Médio sob o lema: “BRICS e o Sul Global: Construindo juntos um mundo melhor”, em Kazan, em 24 de outubro de 2024.

Há também o reforço da necessidade de se avançar no fortalecimento institucional do grupo, que se posiciona como fórum de debate para a “verdadeira cooperação internacional para o benefício de todos”.

¹ XVI Cúpula do BRICS – Kazan, Rússia, 22 a 24 de outubro de 2024 - Declaração Final. Ministério das Relações Exteriores, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final. Acesso em: 15 de out. de 2024.

5.2 “Fortalecimento do multilateralismo para uma ordem mundial mais justa e democrática”

Na segunda seção a temática geopolítica ganha corpo e a visão do grupo é exposta logo de início:

6. Notamos o surgimento de novos centros de poder, de tomada de decisões políticas e de crescimento econômico que podem pavimentar o caminho para uma ordem mundial multipolar mais equitativa, justa, democrática e equilibrada. A multipolaridade pode ampliar as oportunidades para que os EMDCs liberem seu potencial construtivo e desfrutem de uma globalização e de uma cooperação econômicas universalmente benéficas, inclusivas e equitativas.

Há menção ao compromisso do grupo “com a melhoria da governança global por meio da promoção de um sistema internacional e multilateral mais ágil, eficaz, eficiente, responsivo, representativo, legítimo, democrático e responsável”. Sem citar diretamente o caso da Rússia, a declaração menciona a preocupação com “o efeito perturbador de medidas coercitivas unilaterais e ilegais, incluindo sanções ilegais, (...)”. Essas medidas prejudicariam “a Carta das Nações Unidas, o sistema de comércio multilateral, o desenvolvimento sustentável e os acordos ambientais”.

Os parágrafos 11 e 12 tocam no tema do sistema financeiro, em que há a reafirmação do “compromisso de manter uma Rede de Segurança Financeira Global forte e eficaz”, mas com uma defesa de reforma “das instituições de Bretton Woods”. Além disso, é mencionado o “papel crucial dos BRICS no processo de aprimoramento do sistema monetário e financeiro internacional (IMFS)”.

Os parágrafos 13 e 14 demonstram alinhamento do BRICS com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas com uma condenação a “práticas discriminatórias politicamente motivadas”, incluindo, mas não se limitando a “medidas coercitivas unilaterais incompatíveis com os princípios da Carta das Nações Unidas”. Há também uma defesa do G20 como “principal fórum global para a cooperação econômica e financeira multilateral”.

Os parágrafos seguintes mencionam temas como direitos humanos, clima, biodiversidade, liberdades fundamentais, combate ao nazismo e à discriminação racial e outros temas de caráter social.

5.3 “Aprimoramento da cooperação para a estabilidade e segurança global e regional”

Nesta seção há menção direta à “crise humanitária no Território Palestino Ocupado” e um pedido de “cessar-fogo imediato”. Há também denúncia contra os “ataques israelenses contra operações humanitárias,

instalações, pessoal e pontos de distribuição” e pedido de implementação de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o tema. No mesmo contexto, há menção sobre a “situação no sul do Líbano” e defesa da

“soberania e a integridade territorial do Estado do Líbano”, além de também mencionar o caso da Síria, todos relacionados a Israel.

No parágrafo 36 há a única menção a Ucrânia em todo o documento:

36. Relembramos as posições nacionais relativas à situação na Ucrânia e em seus arredores, conforme expressas nos fóruns apropriados, incluindo o CSNU e a AGNU. Enfatizamos que todos os Estados devem agir de forma consistente com os Propósitos e Princípios da Carta da ONU em sua totalidade e inter-relação. Observamos com apreço as propostas relevantes de mediação e bons ofícios, visando a uma resolução pacífica do conflito por meio do diálogo e da diplomacia.

Diferente do caso de Israel, o conflito da Ucrânia não foi condenado e nem mesmo detalhado. Essa posição é diferente da adotada pela União Europeia e pelos Estados Unidos da América, que reiteradamente condenam a invasão:

Reiteramos nossa condenação à agressão da Federação Russa contra a Ucrânia, que constitui uma violação manifesta da Carta das Nações Unidas. Reafirmamos nosso apoio inabalável à independência, soberania e integridade territorial da Ucrânia dentro de suas fronteiras internacionalmente reconhecidas (tradução livre).¹

Os próximos parágrafos tocam em situações de conflito pelo mundo, como Sudão,

Haiti e Afeganistão. Depois, é mencionada a defesa da não proliferação de “armas de destruição em massa”, condenação do terrorismo e combate ao tráfico de drogas, crimes financeiros (lavagem de dinheiro e outros) e corrupção. Por fim, no parágrafo 56, há menção à

“(…) séria preocupação com a disseminação e proliferação exponencial de desinformação, informação falsa, incluindo a propagação de narrativas falsas e notícias falsas, bem como de discurso de ódio, especialmente em plataformas digitais que alimentam a radicalização e os conflitos.”

Também é feita uma defesa da soberania dos Estados e “garantia do livre fluxo e do acesso público a informações precisas e baseadas em fatos, incluindo a liberdade de opinião e expressão.”



Antony Medved

¹ Joint Statement Condemning Russia’s War of Aggression Against Ukraine. US. Embassy & Consulates in Russia, 2024. Disponível em: <https://ru.usembassy.gov/joint-statement-condemning-russias-war-of-aggression-against-ukraine/#:~:text=We%20condemn%20continued%20military%20support,for%20Russia’s%20war%20of%20aggression>. Acesso em: 29 de out. de 2024.

5.4 “Promoção da cooperação econômica e financeira para um desenvolvimento global justo”

A maior seção, que vai do parágrafo 57 ao 118, expressa a visão do grupo sobre o sistema financeiro internacional, com defesa do multilateralismo como fator “essencial para limitar os riscos decorrentes da fragmentação geopolítica e geoeconômica e nos comprometemos a intensificar os esforços em áreas de interesse mútuo”. A linha adotada é de buscar uma reforma da “atual arquitetura financeira internacional para enfrentar os desafios financeiros globais, incluindo a governança econômica global para tornar a arquitetura financeira internacional mais inclusiva e justa.”.

O endividamento dos países é um ponto de atenção e o grupo defende uma abordagem “holística” para “apoiar a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável”. Nesse sentido, é mencionado o “papel fundamental do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)”, inclusive na “expansão da filiação” dos países em desenvolvimento ao banco.

Os parágrafos 63 a 69 trazem a visão do grupo sobre o sistema financeiro, principalmente em relação ao papel do Mecanismo de Cooperação Interbancária (ICM) “em facilitar e expandir práticas e abordagens financeiras inovadoras para projetos e programas, incluindo a busca de mecanismos aceitáveis de financiamento em moedas locais.”. A questão da moeda local é repetida nesses parágrafos e é colocada como um fator exclusivo dos países-membros. Como o grupo está se expandindo, em tese, todos os países incluídos passarão a acessar esses mecanismos de transação financeira em moeda local, o que, na prática, significa **sem o uso do dólar**. A linha política utilizada foi de complementação ao mercado financeiro

existente, em oposição a uma abordagem de enfrentamento. No parágrafo 66, há um detalhamento do mecanismo:

66. Reconhecemos a importância de explorar a viabilidade de conectar a infraestrutura dos mercados financeiros dos países do BRICS. **Concordamos em discutir e estudar a viabilidade de estabelecimento de uma infraestrutura de depósito e liquidação transfronteiriça independente, o BRICS Clear, uma iniciativa para complementar a infraestrutura de mercado financeiro existente, bem como a capacidade de resseguro independente do BRICS, incluindo a Companhia de (Re)Seguros do BRICS, com participação voluntária. (grifos nossos)**

Os próximos parágrafos, 70 a 75, tratam de comércio propriamente dito, com menção a projetos e estruturas criadas pelo BRICS para fortalecer e incentivar o comércio entre os países-membros. Depois, entre os parágrafos 76 a 92, há o foco na industrialização, desenvolvimento tecnológico, incluindo novas tecnologias como Inteligência Artificial (IA), energia, clima e logística. Na questão climática, há uma nova menção de “medidas protecionistas, unilaterais, punitivas e discriminatórias”, que, segundo o BRICS, são realizadas “sob o pretexto de preocupações ambientais”.

Nos parágrafos restantes, são mencionados diversos acordos e ações do grupo para aumentar a coordenação financeira, comercial e regulatória entre seus membros, com projetos que tratam de investimentos em universidades, pesquisas, centros tecnológicos e educação.

5.5 “Fortalecimento do intercâmbio entre pessoas para o desenvolvimento social e econômico”

Na última seção, o tema principal é a cultura, estruturada em projetos de intercâmbio de pessoas, cultural, esportiva e educacional, com referência a intercâmbio de jovens no âmbito da Cúpula da Juventude dos BRICS. O intercâmbio político também é citado, no parágrafo 127, com menção ao “diálogo entre os partidos políticos dos países do BRICS” que pode desempenhar “um papel construtivo na construção de consenso e no aprimoramento da cooperação.”. Na área empresarial, parágrafo 129, é mencionada “(...) a realização bem-sucedida do Fórum Empresarial do BRICS” e um apoio às “atividades do Conselho Empresarial do BRICS em diferentes domínios, incluindo agricultura, finanças e investimentos, infraestrutura, transporte e logística, economia digital, produção de energia e desenvolvimento sustentável.”.

No parágrafo 132, há a defesa do “fortalecimento dos laços entre as comunidades de especialistas e a sociedade civil dos países do BRICS”:

A esse respeito, saudamos a realização bem-sucedida do Fórum Acadêmico do BRICS e do Fórum Civil do BRICS, as atividades do Conselho de Think Tank do BRICS, que aprimoram a cooperação em pesquisa e em construção de capacidades entre as comunidades acadêmicas dos países do BRICS, e o lançamento da Rede de Think Tank do BRICS para Finanças, que apoiará as discussões da trilha de finanças BRICS. Nós endossamos o estabelecimento do Conselho Civil do BRICS.

O último parágrafo indica o apoio para a realização da próxima cúpula, em 2025, no Brasil.



6.

Indicativos de uma reação americana

É necessário entender que uma agenda de desdolarização ou de criação de alternativas ao sistema financeiro atual passa a ser uma visão geopolítica de uma potência como a China, capaz de enfrentar os EUA no campo comercial, em busca de vantagens e reformas. O Brasil, por outro lado, não tem capacidade e nem meios para encampar essas mudanças, mas, em tese, está assumindo protagonismo nesse tema. O Ministro de Relações Exteriores da Rússia Sergei Lavrov mencionou que a ideia de criar um sistema paralelo ao dólar foi ideia brasileira, do presidente Lula¹.

Essa assunção de protagonismo formal coloca o país numa posição delicada, visto que não tem instrumentos para manter uma disputa direta contra o consenso de países estabelecidos em torno do “padrão dólar”, ou seja, a centralidade do dólar norte-americano como moeda de reserva global, meio de troca e unidade de conta em transações internacionais.

O padrão dólar tornou-se dominante após o fim do sistema de Bretton Woods, nos anos 1970, quando os EUA desvincularam o dólar do ouro. Desde então, o dólar passou a ser amplamente utilizado em comércio internacional, reservas de bancos centrais e como referência para precificação de commodities como petróleo e ouro.



As críticas ao padrão dólar comumente giram em torno da ideia de perda de autonomia de países soberanos, incluindo o impacto de sanções eventuais, vulnerabilidades estruturais e a assimetria no sistema financeiro global. A capacidade dos EUA de usar o dólar como ferramenta de controle geopolítico permite que o país bloqueie o acesso de países ao sistema financeiro internacional. Casos como os de Irã, Venezuela e Rússia demonstram como sanções que limitam transações em

¹ <https://revistaeste.com/mundo/brics-criar-moeda-para-competir-com-o-dolar-foi-ideia-de-lula-diz-chanceler-russo/>

dólar podem prejudicar significativamente a economia de nações não alinhadas.

Além disso, alega-se que as políticas monetárias dos EUA impactam diretamente economias que dependem do dólar. Decisões do Federal Reserve, como aumentos nas taxas de juros, atraem capital para os EUA, desvalorizam moedas de outros países e aumentam os custos de financiamento, especialmente para economias com dívidas denominadas em dólar. Essa dependência intensifica a vulnerabilidade em momentos de instabilidade global.

Crises financeiras nos EUA, como a de 2008, amplificaram os riscos desse sistema. A centralidade do dólar significa que problemas econômicos americanos reverberam mundialmente, prejudicando países sem controle sobre a moeda. Essa assimetria é reforçada pelo chamado “privilégio exorbitante” dos EUA, que conseguem financiar déficits com custos baixos enquanto outras economias precisam acumular reservas em dólar para se proteger.

Além disso, argumenta-se que a necessidade de manter grandes reservas cambiais em dólar imobiliza capital que poderia ser usado para investimentos produtivos. O uso predominante do dólar no comércio global também força países a adquiri-lo, mesmo em transações que não envolvem diretamente os EUA, contribuindo para desequilíbrios comerciais e colocando pressão sobre moedas locais.

Ainda assim, o padrão também possibilita uma série de vantagens estratégicas. A adoção do padrão dólar pelo Brasil em transações internacionais e reservas cambiais oferece diversas vantagens econômicas. Uma das principais é a estabilidade nas transações internacionais, já que o dólar é amplamente aceito como moeda de troca no

comércio global. Isso reduz a necessidade de conversões de moeda, simplificando negociações com parceiros internacionais e tornando as operações mais previsíveis.

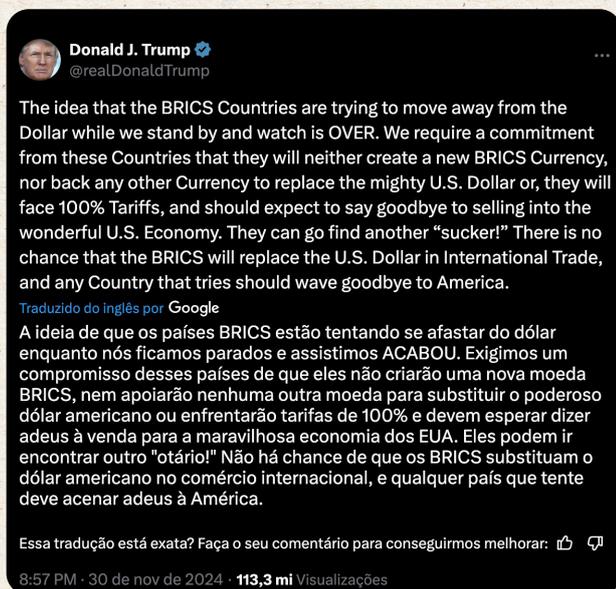
O uso do dólar proporciona acesso facilitado a mercados globais, como os de petróleo, commodities e tecnologia, que geralmente operam nessa moeda. Essa integração permite ao Brasil participar de forma mais eficiente desses mercados estratégicos. O dólar também serve como uma reserva de valor estável, sendo uma das moedas mais confiáveis do mundo. Manter reservas em dólar ajuda o Brasil a proteger sua economia contra volatilidades cambiais, funcionando como um amortecedor em tempos de crise econômica.

Outro benefício significativo é a redução de riscos cambiais. Ao realizar transações e contrair dívidas em uma moeda amplamente utilizada e relativamente estável, o Brasil minimiza as oscilações relacionadas às variações de câmbio, o que é especialmente importante para empresas e instituições financeiras que lidam com fluxos internacionais.

O interesse dos Estados Unidos em manter essa situação está diretamente relacionado aos benefícios econômicos, políticos e estratégicos que sua posição proporciona. A predominância do dólar permite aos EUA financiar seus déficits a custos mais baixos, uma vez que a demanda global pela moeda mantém as taxas de juros favoráveis. Esse fenômeno, conhecido como “privilégio exorbitante”, foi descrito pelo ex-presidente francês Valéry Giscard d’Estaing, destacando como os EUA se beneficiam de sua moeda ser a principal reserva global. Além disso, o domínio do dólar concede aos EUA uma ferramenta poderosa de influência internacional, permitindo impor sanções financeiras eficazes devido à centralidade da moeda no sistema financeiro global.

Autoridades norte-americanas frequentemente têm expressado a importância de manter o dólar como a principal moeda de reserva. Jerome Powell, então presidente do Federal Reserve, afirmou em junho de 2023 que o dólar continuará como a moeda de reserva global enquanto os EUA mantiverem sua posição dominante na economia mundial. Ele apontou fatores como o Estado de Direito, a força das instituições democráticas e a profundidade dos mercados de capitais americanos como pilares dessa hegemonia. Da mesma forma, Christopher Waller, então diretor do Federal Reserve, destacou em fevereiro de 2024 que o dólar representa quase 60% das reservas globais, muito à frente do euro, que ocupa o segundo lugar com 20%.

Recentemente, ações políticas reforçaram a intenção de preservar essa posição. Em dezembro de 2024, o então presidente eleito Donald Trump ameaçou impor tarifas de 100% às importações de países do BRICS que substituíssem o dólar em transações comerciais numa postagem nas redes sociais:



O entendimento de Trump deve refletir na atuação de seu futuro Secretário de Estado, o atual senador republicano Marco Rubio, que pode enxergar o Brasil não como um país autônomo, mas apenas como um com-

ponente de uma estrutura criada pela China em alternativa ao poder americano. Por outro lado, há uma abertura para o Brasil conseguir vantagens nesse cenário crítico.

O novo Enviado Especial para América Latina, Mauricio Claver-Carone, ex-presidente do BID, [escreveu em julho de 2024](#) sobre o que seria uma agenda para a América Latina de um novo governo Trump. Ele menciona categoricamente a necessidade de **nearshoring** a partir de investimentos em países latino-americanos, como meio de “fazer as Américas crescerem novamente”, em referência ao slogan “Make America Great Again”. Segundo Claver-Carone, o governo Biden avançou com o **friendshoring** global em países asiáticos em vez de garantir o fortalecimento dos países americanos. Nesse sentido, pode-se esperar que ocorra uma onda de investimentos norte-americanos como uma estratégia geopolítica de conter o avanço da China no continente.



7. Conclusão

A visão inicial, do economista Jim O'Neill, de agrupar países emergentes para indicar possível crescimento de suas economias frente aos países do G7, apenas indicava possibilidades de inclusão dessas nações do rol dos principais países e, no máximo, uma reforma interna de instituições internacionais para contemplar novos temas e desafios que seriam trazidos pelos emergentes em franco crescimento. Nessa visão, o sistema Ocidental criado após a Segunda Guerra Mundial seria capaz de absorver novos entrantes, sem nenhuma abertura para sistemas paralelos ou questionamentos do sistema internacional.

Entretanto, com a institucionalização desses quatro países em um bloco organizado, que depois incluiu a África do Sul, houve um processo de maior interlocução entre seus governos e a busca de uma relação comercial que os beneficiaria em um cenário de expansão do comércio internacional. Em um alinhamento de interesses, o bloco passou a buscar visões geopolíticas comuns, como maior inclusão dos países-membros e do “Sul Global” nas instâncias decisórias. Iniciou-se um processo de atuação geopolítica do BRICS como um bloco em busca de uma visão geopolítica própria, que, para além da agenda de reformas a nível internacional, levou à criação de novas instituições, como o Novo Banco para o Desenvolvimento (NBD), e mecanismos de relação financeira e comercial paralelos ao sistema atual.

A declaração final da VI Cúpula do BRICS evidencia todos esses pontos e revela o fortalecimento do grupo como um fórum de articulação geopolítica e econômica para países do Sul Global. A diferença de tratamento entre os conflitos Israel-Palestina e Rússia-Ucrânia revela também um posicionamento claramente oposto ao do “mundo ocidental” que, combinado com a inclusão de países como Irã, em janeiro de 2024, e Cuba, para o próximo ano, afastam o Brasil da neutralidade frente aos Estados Unidos da América e à China.

O presidente eleito Donald Trump revelou que os EUA possuem um posicionamento claro de defesa do dólar como moeda fiduciária do comércio internacional e avaliam o BRICS+ como um bloco em busca de criar uma alternativa. O Brasil, por ser parte fundadora, está incluído na ameaça de Trump de tributar em 100% quem tentar utilizar outras moedas, ou outras



instituições, para comercializar a nível global. Ao mesmo tempo, o país se encontra numa situação assimétrica em todos os sentidos, sem capacidade de escolher um lado e assumir diretamente uma disputa, já que a China é o grande país do bloco e é o maior importador de itens brasileiros, ao mesmo tempo que os EUA são os maiores compradores de produtos manufaturados. O peso econômico e geopolítico brasileiro é mínimo perto dessas duas potências e delírios de grandeza do atual governo não alteram as características materiais que as nações possuem para defender seus interesses no cenário global.

O problema maior nesse contexto é que estamos, como país, participando de uma iniciativa que busca estruturar instituições paralelas sem termos a real noção dos nossos interesses, se isso seria possível ou até mesmo desejável, ou se estaríamos defendendo interesses chineses, os únicos capazes de avançar uma nova ordem internacional. Os EUA já demonstraram que estão dispostos a arriscar para frear as ambições de Pequim e o Brasil não possui vantagens competitivas o suficiente para se posicionar como um ator capaz de desequilibrar esse conflito. Na verdade, é mais provável que sofra retar-

liações ao tomar posicionamentos explícitos em prol de um ou outro lado da disputa nesse momento. Ao mesmo tempo, desconsidera-se possíveis oportunidades que a estratégia “fazer as Américas crescerem novamente” pode trazer para o Estado brasileiro. Nesse sentido, convém aos deputados e senadores, diplomatas e pesquisadores das relações exteriores estudarem e avaliarem essa nova configuração do BRICS e as possíveis consequências, boas ou ruins, da participação do país nesse bloco, de maneira consciente e realista, levando em consideração a linha adotada pelo novo governo americano.

Sem um projeto de Estado e sem condições de atuar de igual para igual com EUA e China, a tendência para o Brasil é adentrar numa disputa que não trará nenhuma vantagem para o país, com grandes chances de prejuízos que serão enfrentados sem os meios de defesa capazes de resguardar a economia nacional em uma guerra comercial entre as duas maiores potências do planeta. Se pensarmos estrategicamente, de maneira multisetorial e aprofundada, podemos nos posicionar como porto-seguro para ambos os lados, conseguindo vantagens competitivas das duas potências em meio a esse novo ambiente geopolítico.



Foto: Agência Brasil

8.

Referências

BADACHE, F.; KINDER, L. R.; MAERTENS, L. (Editors). *International organizations and research methods: an introduction*. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2023.

BATISTA JÚNIOR, P. N. *O Brasil não cabe no quintal de ninguém: Bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata*. São Paulo: LeYa, 2019.

GHANEM, Dalia. *Beyond “Forum Shopping”: A strategic EU approach to the evolving BRICS+*. *Chaillot Paper*, Paris, v. 183, p. 41-47, mai. 2024.

O’NEILL, Jim. *Building Better Global Economic BRICs*. *GS Global Economics*. New York, Global Paper No: 66. Nov. 2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/pdfs/insights/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em: 05 de out. de 2024.

TROMBETTA, R. *Is the G7 still relevant?*. Londres, LSE Ideas, 2024.



INSTITUTO
ARRECIFE

